



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

ATA N.º 1/2016

-----Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal das Velas realizada no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezasseis.-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas, no Edifício dos Paços do Concelho, na Vila e Concelho de Velas, deu-se a reunião ordinária da Assembleia Municipal de Velas, presidida pela senhora Maria Isabel Góis Teixeira, com a seguinte ordem do dia:-----

-----1- **Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º2 do artigo 4.º deste Regimento;**-----

-----2- **Isenção de IMT;**-----

-----3- **Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2015, declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2015 e declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2015;**-----

-----4- **Desafetação de bem de domínio público do Município para domínio privado.**-----

-----A Presidente fez o enquadramento legal da sessão, explicando que é uma sessão ordinária que se realiza em fevereiro, de acordo com o estipulado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que a convocatória enviada, que alude à presente sessão, está em conformidade com o artigo 31.º do regimento em vigor.-----

-----Iniciados os trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia comunicou a falta justificada da deputada municipal Cátia Filipa Vieira da Cunha Coquete, substituída pelo membro colocado imediatamente a seguir na lista do Grupo Municipal do PSD, a senhora Elizabete de Fátima Azevedo Alves. A Presidente solicitou ao primeiro Secretário que procedesse **à chamada dos senhores deputados municipais.**-----

-----Confirmou-se a presença dos deputados municipais Maria Isabel Góis Teixeira, João Manuel Estrela Maciel, Maria de Fátima da Silveira, Ana Paula da Silveira e Silva, Maria da Luz Silva das Graças, José Júlio Maciel Rodrigues, Luís Manuel Baptista de Sousa Furtado Pereira, André Miguel da Silveira, Rui Miguel Vieira de Sequeira, Liliana Isabel Monteiro Ramos de Melo Maciel Almeida, Armando Manuel Gambão Soares Cordeiro Bettencourt, Rosa do Céu Batista Pinto, Elizabete de Fátima Azevedo Alves,

1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

José Luís Dias Bettencourt, Fernandino Bettencourt Simas, Vasco Filipe dos Santos Pinto Azevedo, Fernando Jorge Pereira, André Filipe Galego Ataíde, Rúben Fernando Alves Serpa, Alberto Manuel Soares Almeida e Hélio Silveira da Rosa.-----

-----**Verificada a presença de todos os membros da Assembleia Municipal e, havendo legalidade na convocatória, verificou-se que havia quórum, dando-se assim início à sessão.**-----

-----A Presidente da Assembleia pediu que se incluisse na ordem do dia uma proposta do Executivo, apresentada fora da ordem do dia, visto que o artigo 57º nº 2 do regimento estabelece que “a discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das reuniões ordinárias, depende da deliberação tomada por, pelo menos dois terços dos membros presentes, que reconheça a urgência da deliberação sobre o assunto”: 1ª Revisão ao Orçamento para 2016. Colocou à consideração dos deputados municipais a inserção da proposta na ordem do dia, e não havendo oposição, a inclusão foi aprovada por unanimidade, acrescentando um ponto à ordem do dia:-----

-----**5- 1ª Revisão ao Orçamento para 2016.**-----

-----A Presidente informou que o Executivo solicitou a **deliberação em minuta de todos os pontos da ordem do dia, exceto o primeiro**. Na ausência de inscrições, a deliberação foi aprovada **por unanimidade**.-----

-----A Presidente deu início ao período **antes da ordem do dia**. Explicou que, de acordo com o artigo 39.º conjugado com o artigo 71.º, do regimento em vigor «Em cada sessão há um período designado de “Antes da Ordem do Dia”, (...) outro designado de “Ordem do Dia” e um “Período de Intervenção Aberto ao Público”». Explicou que, em conformidade com o artigo 40.º, o período antes da ordem do dia implica o tratamento de assuntos de interesse para o Município, pelo que prosseguiu com a apreciação da ata n.º 5, de 27 de novembro passado, e abriu as inscrições.-----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia prosseguiu com a votação da **ata nº 5, a qual foi aprovada por unanimidade**.-----

-----Ainda no mesmo período, a Presidente procedeu à **leitura da correspondência recebida**:-----

- 1- Envio das atas n.ºs 23, 24, 25 e 26/2015 e 1, 2 e 3/2016 da CMV;-----
- 2- Ofícios: da CPCJ das Velas informando da eleição do novo Presidente da mesma; da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Associação de Amigos para a Divulgação das Tradições da Ilha de São Jorge, pedido de apoio ao Grupo “O Breves”; do Breves TV São Jorge informando dos novos contatos.---

3- Receção de diversos postais de Natal;-----

4- Jornal Voz das Misericórdias;-----

5- Convite do Grupo Desportivo Velense para sessão solene de comemoração das bodas de ouro;-----

6- Boletim “Rosais Informa” da Junta de Freguesia dos Rosais;-----

7- Convite da Escola Básica e Secundária de Velas;-----

8- Do Município de Velas: ata da Comissão de Análise de Bolsas de Estudo; Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge; Retorno de informação personalizada aos munícipes; Apuramento do Endividamento Municipal em 31/12/2014 face aos limites definidos no artigo 52º da Lei nº 73/2013, para o mesmo ano, com audiência prévia nos termos do artigo 121º do CPA;-----

9- Folha Informativa “Palavra Parlamentar” do CDS-PP;-----

10- Voto de Recomendação da Associação Nacional de Freguesias;-----

11- Ofício da Direção Geral das Autarquias Locais com o apuramento do endividamento municipal em 31/12/2014 face aos limites definidos no artigo 52º da Lei nº 73/2013, para o mesmo ano, com audiência prévia nos termos do artigo 121º do CPA;-----

12- Envio de modelo de recolha de dados e relatório de atividades de 2014, da CPCJ;---

13- Ofício do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Velas de cedência do Salão Nobre para sessão ordinária da Assembleia;-----

14- Atestado médico apresentado pela deputada municipal Cátia Filipa Vieira da Cunha Coquete;-----

15- Ofícios da CMV enviando deliberações em minuta.-----

-----A Presidente colocou a correspondência à disposição dos deputados, informando-os que a poderiam verificar em qualquer altura que entendessem, podendo dirigir-se para o efeito ao Gabinete da Assembleia Municipal e questionou-os se pretendiam apresentar alguma proposta ou algum requerimento.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Liliana Almeida**, informando que o Grupo Municipal do PSD iria apresentar um voto de congratulação (em anexo), o qual foi lido pela **deputada municipal Elizabete Alves**, relativo ao primeiro lugar obtido pela turma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

do segundo ano do Curso Técnico de Turismo, da Escola Profissional da Ilha de São Jorge que concorreu com o vídeo “O Cagarro”, ao concurso de curtas-metragens ambientais CurtMar 2015 (categoria 17 – 19 anos), desenvolvido pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental, em parceria com a Escola Profissional do Alto Minho Interior e com a Associação Portuguesa do Lixo Marinho.-----

-----A Presidente da Assembleia colocou o **voto de congratulação** a votação e foi aprovado por **unanimidade**.-----

-----Não havendo mais inscrições e na falta de intervenções do público, a Presidente abriu o **período para intervenções dos deputados municipais**, solicitando inscrições.—

-----Inscreveu-se o **deputado municipal João Estrela**, que colocou as seguintes questões ao Presidente do Executivo:-----

a) A data em que se prevê a abertura da Casa Museu Cunha da Silveira;-----

b) Se a Biblioteca Municipal, localizada no edifício do Auditório Municipal, irá também beneficiar de obras de remodelação, à semelhança das executadas no restante edifício, bem como se se irá adquirir novos livros, em suma quais os benefícios que se preveem para este serviço.-----

c) Em relação ao Campo Municipal de Velas quando está prevista a sua abertura ao público, uma vez que sabe que lá se estão a realizar treinos embora o campo esteja interdito aos mesmos.-----

d) Relativamente às zonas balneares da Poça dos Frades e da Preguiça questionou se estas irão ter bandeira azul, bem como nadadores-salvadores, facto a que os turistas dão muita importância, sendo para todos um sinal de segurança e qualidade das zonas balneares e quais as razões caso as mesmas não venham a ter a bandeira azul, ou os nadadores-salvadores.-----

-----O **Presidente do Executivo** transmitiu quanto à Casa Museu Cunha da Silveira que neste momento se está a trabalhar no sentido de dotar a mesma com espólio para que se possa abrir ao público. Disse que o piso inferior tem como tema as vertentes “Mar e Terra – o sustento deste Povo”, estando já na posse definitiva do Município o espólio da família Fontes, dos Rosais, muito vasto em peças agrícolas e ficará adstrito à vertente “Terra”. Acrescentou que há cerca de duas semanas uma Técnica da Direção Regional da Cultura, Dra. Andreia Mendes, se deslocou a São Jorge para apoiar o Município das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Velas, no que concerne à recuperação, conservação e exposição do espólio e ao funcionamento da Casa Museu Cunha da Silveira, e que, neste momento, já se estão a separar as peças e a adquirir o material necessário para o tratamento e recuperação das mesmas. Disse que em relação à vertente “Mar” ficará em exposição permanente o bote baleeiro, propriedade deste Município e que já se encontra a ser reabilitado pelos colaboradores da Autarquia. Acrescentou que a DRAC aconselhou que das exposições também façam parte alguns registos ligados à Casa Cunha da Silveira, uma vez que esta deu o nome ao Museu, tais como fotografias antigas, peças ou mobiliário que ainda exista na família, estando já a ser envidados esforços no sentido de que a mesma possa ceder ao Município algum espólio que ficará em exposição numa sala do primeiro piso. Referiu que nas salas restantes do primeiro piso serão instalados serviços administrativos, exposições não permanentes e ainda uma sala para workshops e pequenas convenções na área da museologia. Transmitiu, relativamente à vertente “Mar”, que a Direção Regional da Cultura irá abordar o Museu das Lajes do Pico para averiguar da sua disponibilidade em ceder, por empréstimo, ao Município das Velas, algumas peças para exposição conjuntamente com o bote, que o Município poderá eventualmente adquirir caso o preço seja acessível. Respondendo à questão em concreto disse que se estima que a Casa Museu Cunha da Silveira abra ao público durante a Semana Cultural do próximo ano, uma vez que, por motivo do espólio ser muito vasto e encontrar-se bastante degradado, necessitando de uma profunda intervenção, não ser possível, como gostaríamos, de proceder à sua abertura na Semana Cultural do corrente ano, deixando desde já o reconhecimento e o agradecimento ao Sr. Diretor Regional da Cultura por toda a disponibilidade e apoio que nos tem dado na implementação do museu, trabalho este que vem sendo desenvolvido pelo estagiário da área de museologia, Rui Marques, e é também o elo de ligação com os técnicos da Direção Regional da Cultura. Quanto à Biblioteca Municipal disse que esta também sofreu, à semelhança do restante edifício, de obras de requalificação. Referiu que a Dra. Virgínia Reis, Diretora do Museu Francisco de Lacerda, na Calheta, está a dar apoio na criação de um plano de atividades para este espaço, o qual, até ao presente, tem sido visitado essencialmente por jovens para usufruição dos computadores, que lá se encontram disponíveis, para acesso às redes sociais. Acrescentou que irá ser celebrado um protocolo com esta Entidade para cedência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

de livros entre as partes, que não existam que quer na Biblioteca Municipal quer no Museu Francisco de Lacerda, interação esta que beneficiará os leitores da Ilha, bem como se irá proceder à aquisição de novos livros, uma parte pelo Museu da Calheta e outra pelo Município de Velas. É também intenção que a biblioteca vá ao encontro das Instituições, estando já a ser efetuadas diligências de no próximo mês de março esta efetuar esse trabalho com o CAO. Transmitiu, ainda, que na semana passada foi lá instalado o novo sistema de gestão de bibliotecas que irá permitir informatizar todo o espólio da Biblioteca Municipal. Deu conhecimento que estamos surpreendidos com o resultado do Arquivo Histórico João Gabriel de Ávila que, confessa, pensou que este espaço iria apenas servir para preservar os documentos históricos e que iria apenas ser consultado, uma ou duas vezes por ano, por historiadores ou por algum curioso, mas o facto é que são muitos os interessados na consulta dos referidos documentos. Relativamente à questão do Campo Municipal de Velas disse desconhecer que lá estejam a ser realizados treinos e que os quatro clubes desportivos do Concelho, bem como a AtlânticFut, foram avisados, oficialmente e por escrito, de que não poderiam lá ser realizados treinos, tendo mesmo havido uma reunião, para esse efeito, entre os mesmos e o Vereador Marco Almada, dado ter sido solicitado um parecer técnico à empresa que fez a montagem das torres, a Barata & Marcelino, sobre se a segunda torre, que abrandou, oferecia condições de segurança para a realização de treinos. Referiu que esta empresa respondeu que não tinha condições técnicas para efetuar essa avaliação, mas que a empresa que as fabricou, a DAEL, iria fazê-lo através dos seus técnicos. Esta empresa emitiu o seu parecer, identificando os problemas existentes na segunda torre, transmitindo que a mesma não oferece qualquer segurança. Assim, e neste sentido, não pode de forma alguma permitir que se treine no Campo Municipal de Velas e quem lá está a treinar deverá assumir a responsabilidade por quaisquer acidentes ou danos que venham, eventualmente, a ocorrer. Acrescentou que a utilização do Campo da Urzelina foi articulada com os referidos clubes e a AtlânticFut para permitir que todos pudessem desenvolver as suas atividades, e que, para este efeito, tem sido efetuada por parte da Autarquia a manutenção do mesmo, com a aplicação de borracha para que não se venha a deteriorar, bem como a preservação do relvado, uma vez que atualmente está a ter um uso mais intensivo dado serem muitas as equipas que o utilizam. Disse estimar-se que entre meados e fins de abril, e após uma avaliação efetuada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

pela Açoreana Seguros, SA, que irá pagar as duas novas torres, estas estejam colocadas e assim o campo a funcionar em pleno. Relativamente às zonas balneares da Poça dos Frades e da Preguiça, da responsabilidade desta Autarquia, disse que em 2016, por uma questão financeira, não irão ter bandeira azul pois esta obriga-nos a cumprir uma série de parâmetros, nomeadamente a ter nadadores salvadores, e a despesa com os mesmos será, sensivelmente, de vinte mil euros para cada zona balnear, e estas funcionam todos os dias das 10.00h às 22.00h. Acrescentou que as duas zonas balneares têm merecido a bandeira “*quality coast*”, ou seja a bandeira de ouro, todos os anos, pela qualidade de excelência das suas águas. Referiu que todos os anos se tem requalificado e melhorado as referidas zonas balneares, estando neste momento a decorrer obras na zona balnear da Preguiça, com a execução do solário, bem como, reparações interiores nas casas de banho e duches lá existentes. Disse, ainda, que o Município atualmente não tem condições financeiras para a Bandeira Azul, pelo custo dos nadadores salvadores, e que a realizar investimentos seja noutras áreas mais carentes para o Concelho. Acrescentou que, talvez, no próximo ano seja possível aderir à bandeira azul em pelo menos uma destas zonas balneares, uma vez que se estima estarão já efetuados os investimentos necessários nas duas zonas balneares.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Rosa do Céu Pinto**, que questionou se já está programada, para a época alta, a realização de “animação de rua”. Sugeriu, também, dado o êxito que teve a exibição recente do filme infantil, que teve várias sessões, passar com uma periodicidade mais sistemática filmes do género. Congratulou a Câmara Municipal pelo ciclo de cinema português que está a decorrer, o qual não tem tido muita afluência, mas acha que foi uma boa ideia.-----

-----O **Presidente do Executivo** agradeceu, em relação ao ciclo de cinema português, as palavras proferidas e disse que esta iniciativa não tem tido a aderência que se esperava, até porque se está a praticar um preço muito simbólico, de um euro. Referiu quanto à exibição de filmes infantis, que o primeiro teve um grande impacto, com a realização da matiné e mais duas sessões extra, com a casa cheia. Acrescentou que após esta exibição recebemos algumas críticas construtivas, nomeadamente quanto ao horário da exibição, pois a última sessão realizou-se às 21.30h, e era tarde principalmente para crianças. Transmitiu ainda que esta foi uma experiência, pois não se sabia qual seria a adesão que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

o mesmo iria ter, e que inicialmente, aquando da elaboração da agenda cultural, se ponderou realizar as matinés às quinze horas, contudo optou-se pelas 17H00, e aguardaremos pela exibição da matiné do segundo trimestre, para ver se fará sentido exhibir este tipo de filmes com maior frequência. Deu conhecimento que os filmes são escolhidos por uma comissão, composta por um elemento da Câmara Municipal, um elemento da Associação Cultural e um colaborador do Auditório Municipal que seleciona os filmes e os propõe à comissão. Relativamente à questão colocada sobre a realização de animação de rua disse que se está a trabalhar nesse sentido, em parceria com a Associação Cultural das Velas, e existe dificuldade em perceber como se irá realizar essa animação, uma vez que a melhor altura é no período de verão e são raros os fins-de-semana em que não haja atividades por todo o Concelho, conforme um levantamento já efetuado pelos colaboradores do Auditório Municipal. Disse que a hipótese mais viável será a atuação de filarmónicas e grupos de folclore correndo-se o risco destes não terem a aderência da população mas apenas a de alguns turistas que circulem pelo local das atuações, e que para nós é desconfortável colocar animação na Vila quando noutra local do Concelho se está a realizar uma festa e a ideia é atrair, através da agenda cultural, que é também distribuída nas unidades hoteleiras, gente a cada festa do Concelho, porque a agenda cultural não contém apenas os eventos promovidos pela Câmara Municipal, mas também os das Instituições do Concelho.-----

-----A Presidente abriu o **período para os Presidentes de Junta de Freguesia** e, na falta de inscrições, deu início ao **período da ordem do dia**.-----

-----Iniciado o **primeiro ponto** da ordem do dia: **Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º deste Regimento**, a Presidente da Assembleia abriu as inscrições.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Liliana Almeida** e solicitou esclarecimentos quanto à conclusão a que se chegou na reunião em que o senhor Presidente participou, com a Direção do Futebol Clube Marítimo Velense, relativamente ao parque de estacionamento que será construído nas ruínas adjacentes ao pavilhão desta Entidade. Questionou, ainda, sobre a conclusão das reuniões que também teve com as Instituições Bancárias sobre a reestruturação financeira da Escola Profissional da Ilha de São Jorge.-

-----O **Presidente do Executivo** disse que esta matéria já vem de anteriores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Executivos, sem nenhuma decisão tomada, e, tendo a Câmara Municipal sido abordada pela Direção do Futebol Clube Marítimo Velense logo no início deste mandato, sobre esta situação, foi apresentada pelo atual Executivo uma proposta, que não foi aceite. Reunimos com a Direção deste Clube e mostrámos disponibilidade em adquirir aquelas ruínas, propriedade do Clube (1/3) e o restante de vários herdeiros, para ali se criar um parque de estacionamento público, que levará sensivelmente vinte viaturas, o qual, localizando-se na zona histórica da Sede do Concelho, virá colmatar a falta de espaço para estacionamento que nos causa muitos constrangimentos. Referiu que a Direção deste Clube ficou de contatar todos os herdeiros proprietários do edifício em ruínas e informar do interesse, ou não, da sua venda pelo preço acordado, conforme a avaliação que foi feita. Deu conhecimento que o Executivo propôs adquirir, ao Futebol Clube Marítimo Velense, a garagem que existe ao lado das referidas ruínas, o que nos permitirá, após a sua demolição, conjuntamente com o espaço das ruínas, criar um parque de estacionamento muito maior, e ao Marítimo, com o valor da sua venda, construir uma cozinha de apoio a este clube, uma vez que este serve jantares e a cozinha tem funcionado nesta garagem. Relativamente à segunda questão, que tem a ver com a reestruturação financeira da Escola Profissional da Ilha de São Jorge, disse que a última fase deste plano é a reestruturação da dívida existente. Referiu que existem quatro empréstimos, dois na Caixa Geral de Depósitos e dois no antigo Banif, atual Santander Totta, e as reuniões solicitadas pela Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge com estas Entidades foi para se ultrapassar a situação das taxas de juro em alguns empréstimos, na ordem dos 8%, o que é um valor muito considerável, uma vez que existem empréstimos nas mesmas Entidades com taxas de juro na ordem dos 2%, ou 2,5%, para que estas baixassem a taxa de juro para os 2,5%. Acrescentou que desde o início da reestruturação financeira, há cerca de um ano, a Escola Profissional tem todas as suas prestações em dia e regularizadas, e que se não fosse possível que a taxa de juro dos 8% baixasse, a ADISJ iria tentar fazer um novo empréstimo do mesmo valor e na mesma Instituição para liquidar o empréstimo da taxa mais elevada ficando o novo com uma taxa mais baixa. A Caixa Geral de Depósitos respondeu que não baixaria a taxa de juros, embora um empréstimo seja apenas de dezassete mil euros, mas o interesse seria baixar a taxa de juro do empréstimo de cerca de quinhentos mil euros, que é um pouco elevada. Disse que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

ainda não obtivemos resposta, e a “desculpa” é a situação do Banif. A ADISJ também questionou se, caso deixasse de pagar as prestações, alguém iria dizer alguma coisa, iria haver uma resposta, mas também julga que essa postura não seria correta, até porque o empréstimo tem avalistas, a Câmara Municipal e o Governo Regional dos Açores, através das Ilhas de Valores, e se alguma prestação não for paga serão estas duas Entidades a fazê-lo. Acrescentou que concretamente nada está feito porque estamos neste impasse a aguardar uma resposta do antigo Banif.-----

-----A **Presidente da Assembleia** passou para o **ponto dois** da ordem do dia: **Isenção de IMT** e solicitou que o Presidente do Executivo prestasse esclarecimentos.-----

-----O **Presidente do Executivo** disse que a presente proposta se refere à transação do terreno onde está construído o Edifício do Polidesportivo dos Rosais da empresa Terra de Fajãs E.M.S.A. para a Velasfuturo E.E.M., ambas liquidadas, que não beneficiou desta isenção por as empresas não estarem isentas do seu pagamento. Referiu que a transação do terreno da VelasFuturo para o Município é isenta de IMT, uma vez que este goza dessa isenção, dado que este imposto, embora cobrado pela Autoridade Tributária, constitui receita do Município. Deu conhecimento que no final do ano teve de ser pago o IMT da transação efetuada da Terra de Fajãs para a VelasFuturo porque sem a liquidação deste imposto não poderia ser encerrada a VelasFuturo, e este património passaria para o Município, o qual como referiu está isento. O entendimento do Diretor Regional de Finanças, apesar dos pareceres jurídicos de que não deveríamos pagar o IMT da transação da Terra de Fajãs para a VelasFuturo, era que este imposto deveria efetivamente ser pago. A solução finalmente encontrada com a Direção Regional de Finanças, foi que se efetuasse o pagamento do IMT, que era uma dívida da empresa VelasFuturo, sem o qual não se poderia efetuar o depósito da liquidação desta empresa na Conservatória do Registo Predial e Comercial das Velas, e posteriormente a Câmara Municipal deliberaria propor à Assembleia Municipal a isenção do pagamento do Imposto Municipal Sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT) da transação do terreno onde está construído o Edifício do Polidesportivo de Rosais da empresa Terra de Fajãs E.M.S.A. - liquidada para a Velasfuturo E.E.M., pagando-se de imediato esta dívida, de cerca de 20.000,00€, e solicitar a sua restituição na totalidade ao Município, após a aprovação desta isenção pela Assembleia Municipal.-----

10



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Fátima Silveira** pedindo esclarecimentos uma vez que tem uma dúvida quanto a esta isenção, e que é se a Autoridade Tributária diz que não há lugar à isenção terá esta Assembleia legitimidade para a contrariar.-----

-----O **Presidente do Executivo** esclareceu que tanto a Assembleia Municipal como a Câmara Municipal não estão, ao deliberar a isenção deste imposto na transação do terreno em causa, a contrariar a Autoridade Tributária mas tão-somente a fazer o que a Autoridade Tributária nos diz, e que é a lei em vigor, e que o fizemos, ou seja para o registo do terreno na sua transação da Terra de Fajãs para a Velas Futuro, efetuámos o pagamento do IMT e agora estamos a usar da prerrogativa legal, que concede às Câmaras Municipais isenções e benefícios fiscais, nomeadamente o artigo 16º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, desde que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal os aprove, para que a Autoridade Tributária possa proceder, na íntegra, à sua devolução ao Município.—

-----A Presidente colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto três** da ordem do dia: **Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2015, declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2015 e declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2015**. Solicitou ao Presidente do Executivo que prestasse alguns esclarecimentos.-----

-----O **Presidente do Executivo** disse que esta é apenas uma formalidade, para conhecimento da Assembleia Municipal, que decorre do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, ou seja analisar para os três anos subsequentes, 2016, 2017 e 2018, os compromissos existentes, os valores de recebimentos em atraso e os valores de pagamentos em atraso. Os compromissos financeiros da Câmara Municipal são, essencialmente, os empréstimos bancários para os próximos anos, sendo em 2016 de €966.570,25, em 2017 de €797.572,66 e em 2018 de €571.572,76, e para os anos seguintes, até terminarem os encargos financeiros, a verba de €3.694.591,52. À data de 31/12/2015 não apresentava valores em dívida a fornecedores nem a Instituições. Relativamente aos valores devedores à Câmara, provenientes do abastecimento de água e da recolha de resíduos, constam das listas anexas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

ao documento apresentado. Esclareceu que os valores em dívida estavam ainda no prazo de regularização.-----

-----Não havendo inscrições e sendo este apenas um ponto para conhecimento, a Presidente da Assembleia passou para o **ponto quatro** da ordem do dia: **Desafetação de bem de domínio público do Município para domínio privado**. Solicitou esclarecimentos ao Presidente do Executivo.-----

-----O **Presidente do Executivo** disse que a presente proposta se prende com a existência de uma parcela de terreno, propriedade do Município, no Parque Industrial das Levadas, pretendendo-se desafetá-la do domínio público do Município para o domínio privado do mesmo a fim de ser alienada. Referiu que o Parque Industrial das Levadas está dividido em três loteamentos, sendo o central propriedade do Município e os restantes de entidades particulares, e que o do Município tem uma área de 8.292m² de domínio público, ou seja, os arruamentos, os passeios e essa pequena parcela com 629m², que se pretende passar para o domínio privado do Município. Deu conhecimento que esta parcela se situa ao lado da empresa Africauto, Lda., onde esta executou obras para zona de estacionamento com autorização ainda do antigo Presidente de Câmara, senhor António Silveira, tendo esta empresa, na altura, manifestado interesse na sua aquisição para executar as referidas obras, e o Presidente, naquela data, informado que a Câmara não estava interessada em vender mas que autorizava a empresa Africauto, Lda., provisoriamente, a usufruir do espaço em causa executando as obras que pretendiam, tendo a mesma apresentado um projeto para aumentar a atividade com a construção de estufas de pintura e a colocação de portas laterais para as viaturas. Uma vez que a Câmara licenciou este projeto, caso o terreno seja alienado terá que se deixar uma faixa de sensivelmente 5 metros para permitir a passagem das viaturas para as estufas. Acontece que a Africauto, Lda. continua a manifestar interesse na aquisição. E a parcela ao ser alienada, através de concurso, será para quem apresentar o melhor preço, quer seja em envelope fechado ou por leilão, estando a Africauto avisada por escrito que as obras que está a realizar são meramente com base na autorização concedida em anterior mandato e com carácter provisório, podendo ter de as demolir caso a parcela de terreno seja vendida a outra entidade. Transmitiu que esta empresa tem tido uma postura muito correta com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Câmara Municipal, tem sido trocada alguma correspondência, a Autarquia não precisa da parcela em causa para nada e tem todo o interesse em aliená-la.-----

-----Não havendo inscrições a Presidente colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos Grupos Municipais do CDS-PP, do PSD e do PS e uma abstenção da Deputada do Grupo Municipal do PS, Fátima Silveira, e em minuta para imediata executoriedade.**-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto cinco** da ordem do dia: **1ª Revisão ao Orçamento para 2016**, pedindo esclarecimentos ao Presidente do Executivo que explicasse o documento que lhe foi distribuído, procedendo à leitura do mesmo.-----

-----O **Presidente do Executivo** esclareceu que esta revisão deve-se à necessidade de criar essa rubrica em receita de capital para se cabimentar a verba de €10.952,00, que entrará nos cofres do Município, proveniente do relatório final da obra, que se realizou no Museu Casa Cunha da Silveira, no âmbito do PROCONVERGÊNCIA, e que a verba de igual quantia se encontra em reforço, no orçamento da despesa, na rubrica ferramentas e utensílios.-----

-----Não havendo inscrições a Presidente colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com treze votos a favor dos Grupos Municipais do CDS-PP e PS e sete abstenções do Grupo Municipal do PSD, em minuta para imediata executoriedade.**-----

-----**Encerrada a sessão lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia.**-----

João José Luís Vieira

João de Luz Filipe Camp

J. Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

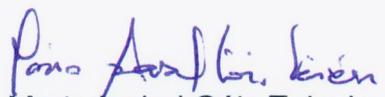
CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas, na sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2016, deliberou aprovar, em minuta para imediata executoriedade, por unanimidade, a proposta de **isenção de IMT**.

Velas, 25 de fevereiro de 2016

A Presidente da Assembleia Municipal


Maria Isabel Góis Teixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas, na sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2016, deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade, por maioria com 19 votos a favor e uma abstenção da deputada municipal Fátima Silveira, a proposta de **Desafetação de Bem do Domínio Público para Privado**.

Velas, 25 de fevereiro de 2016

A Presidente da Assembleia Municipal


Maria Isabel Góis Teixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas, na sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2016, deliberou aprovar, em minuta para imediata executoriedade, por maioria, com treze votos a favor dos Grupos Municipais do PS e CDS/PP e sete abstenções do Grupo Municipal do PSD, a proposta referente à **Primeira Revisão ao Orçamento 2016**, a proposta implica o reforço de dez mil novecentos e cinquenta e dois euros, tanto em receita como em despesa de capital.

Velas, 25 de fevereiro de 2016

A Presidente da Assembleia Municipal


Maria Isabel Góis Teixeira